

## “Os programas estão desajustados à oferta do Inglês no 1.º ciclo”

Isabel Brites, vice-presidente da Associação Portuguesa de Professores de Inglês, defende a inclusão da disciplina no currículo do 1.º ciclo e a alteração dos programas no 2.º e 3.º ciclos.

 Sara R. Oliveira

 11-12-2013

 Gosto 0  Tweet 2  Partilhar 0



a a

 comunidade

 comentar

 imprimir

O Ministério da Educação e Ciência (MEC) quer que o Inglês passe a ser obrigatório no 1.º ciclo. Isabel Brites, vice-presidente da Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), que integrou a comissão de acompanhamento e operacionalização do Programa de Generalização do Inglês, concorda com essa

visão, mas avisa que é preciso começar já a trabalhar no assunto. Até porque, na sua opinião, é necessário pensar num programa para a disciplina e no perfil dos professores a recrutar. Há várias questões a analisar no ensino do Inglês nos diversos anos de escolaridade. Quanto à avaliação, por exemplo, a APPI refere que essa área ainda não corresponde ao que se pretende que os alunos demonstrem saber no final de cada ciclo de ensino. Um desfazamento que aumenta se se tiver como referência o exame de Cambridge, que será aplicado aos alunos do 9.º ano já este ano letivo.

Para Isabel Brites, o facto de o Inglês deixar de ser obrigatório nas AEC foi um enorme retrocesso. “Se já entendíamos que a oferta obrigatória de Inglês não significava a frequência obrigatória, agora o número de alunos abrangidos por essa oferta diminuiu”, refere. De qualquer forma, a abertura é total em nome de uma melhor qualidade de ensino e de aprendizagem do Inglês. “Eliminem-se os obstáculos e, aí sim, iremos todos mais longe: alunos e professores.”

**EDUCARE.PT: A APPI tem vindo a afirmar que não existe uma verdadeira aposta no Inglês. O MEC garante que a disciplina faz parte da oferta complementar ou das AEC em 91% das turmas do 1.º ciclo e em 97% dos agrupamentos. Estes valores não serão suficientes?**

**Isabel Brites (IB):** Suficientes poderão ser, se pensarmos numa percentagem global. Mas, como calcula, o “suficiente” está longe de ser muito bom. E não esqueçamos que a oferta de Inglês nas AEC passou de obrigatória a facultativa, o que levou a um decréscimo na oferta.

A APPI não dispõe de dados concretos, mas, a avaliar por informações avulsas que nos vão chegando, o número de agrupamentos e turmas diminuiu em relação aos anos anteriores. Sabemos de agrupamentos na área do Porto, por exemplo, que este ano, e pela primeira vez desde 2005, não oferecem o ensino de Inglês. Os motivos são vários, começando porque várias câmaras municipais deixaram de ser entidades promotoras, outras porque deixaram a decisão para quem ganhasse as eleições autárquicas. Apesar de o despacho de julho passado prever que os Agrupamentos de Escolas, tanto como entidades promotoras como estabelecendo protocolos com essas entidades, disponibilizem os seus recursos humanos para as AEC, os mesmos só podem incluir essas atividades nos horários dos professores se estes forem incompletos e não se forem horário zero.

### ÚLTIMAS



**Cada filho devia valer por um na folha do IRS**

Sara R. Oliveira



**“Criem-se alternativas que não são opções”**

Sara R. Oliveira



**Mais de oito mil alunos entram para ensino superior na segunda fase de acesso**

Lusa / EDUCARE

### + NOTÍCIAS

**Mais de oito mil alunos entram para ensino superior na segunda fase de acesso**

**Professores contratados exigem revisão de subcritérios**

**Um olhar sobre 44 sistemas educativos**

**Notas inflacionadas, retenções a subir, modelo de recrutamento em causa**

**Ministro informa que os serviços estão a trabalhar para resolver colocação de professores esta semana**

**Ministro assume erro. E agora, o que vai acontecer?**

**Ano letivo arrancou, mas há situações por resolver**

**Alunos do 9.º ano terão mais uma oportunidade nas provas finais**

**APEL informa que venda e edição de livreira caiu em Portugal entre 2009 e 2012**

**MEC diz que turmas sem professores são “residuais”**

### + VISTAS

Por outro lado, o decréscimo do número de horas alocado às AEC fez com que as ofertas de horário para o Inglês tenham um número de horas semanais cada vez mais reduzido - estamos a falar, por exemplo, de quatro horas - o que torna muito mais difícil arranjar quem queira aceitá-los.

**E: O MEC congratula-se, por outro lado, de ter dado o primeiro passo para a introdução do Inglês na componente curricular do 1.º ciclo e de ter tornado a disciplina obrigatória do 5.º ao 9.º anos. A APPI considera, no entanto, que a estratégia não é consistente e que o investimento nas línguas estrangeiras no nosso país é cada vez menor. O que pode e deve ser feito?**

**IB:** Desde há muitos anos que a APPI, individualmente ou através da FNAPLV (Federação Nacional das Associações de Professores de Línguas Vivas) de que fazemos parte, tem vindo a denunciar o cada vez menor investimento nas línguas estrangeiras no currículo nacional. O tempo alocado às línguas no 3.º ciclo é pouco. Há sempre um ano em que uma das duas línguas estrangeiras tem um bloco de 90 minutos semanais - sabemos que o senhor ministro referiu que os agrupamentos têm autonomia para alterar esta situação, mas, na prática, é quase impossível - e mesmo que seja dividido por dois segmentos de 45 minutos, nunca o tempo de exposição à língua é suficiente para uma aprendizagem gradual e consistente. Também no 2.º ciclo foi diminuindo o tempo alocado à aprendizagem do Inglês: passámos de 90 minutos + 90 minutos semanais para 90 minutos + 45 minutos nos dois anos do 2.º ciclo em quase todas as escolas.

O que pode ser feito: incluir o Inglês no currículo do 1.º ciclo e alterar os programas de Inglês dos 2.º e 3.º ciclos em função das Orientações Programáticas, como a APPI sugeriu em tempo ao ME; atribuir mais tempo às línguas estrangeiras no 3.º ciclo e diminuir o número de alunos por turma.

**E: A APPI defende a integração do Inglês no currículo do 3.º ano do 1.º ciclo já em 2014/2015. Estão reunidas condições para que assim seja?**

**IB:** Da nossa parte, entendemos que sim, desde que se comece a trabalhar já no assunto. O MEC pediu ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que estudasse de que forma se poderia incluir o Inglês no currículo do 1.º ciclo e esse é o primeiro passo. Depois teremos que pensar num programa para a disciplina, que poderá ser um ajustamento das Orientações Programáticas já existentes, e no perfil dos professores a recrutar para lecionarem o Inglês, com base nos sucessivos despachos ministeriais publicados a partir de 2006 que incidem sobre esta matéria.

Há muitos professores que estiveram a trabalhar no Inglês nas AEC desde 2005 e outros que foram começando a trabalhar na atividade à medida em que esta foi alargada a todo o 1.º ciclo, que detêm as habilitações e o perfil para lecionar Inglês no 1.º ciclo. Convém não esquecer o investimento que o Ministério fez em cursos de formação online para os professores que estavam a trabalhar nas AEC.

**E: Há, no entanto, escolas que alertaram para a falta de recursos humanos para que essa vontade de tornar o Inglês uma disciplina obrigatória desde o 1.º ciclo se concretize na plenitude...**

**IB:** Se pensarmos nos recursos humanos disponíveis nas escolas, entendemos essa preocupação, até porque temos de pensar em professores com perfil para o ensino do Inglês aos mais novos e não impor a sua lecionação aos professores de 3.º ciclo e secundário, que estão neste momento com Inglês nas AEC e que penam imenso porque não gostam de trabalhar com este nível de ensino nem se sentem preparados pedagógica e metodologicamente para lidar com as crianças.

Os agrupamentos deverão poder recrutar os profissionais que irão trabalhar com os alunos do 1.º ciclo, que tanto poderão ser os professores desse agrupamento, desde que reúnam as condições necessárias, como professores que detenham as habilitações adequadas. E a lecionação do Inglês no 1.º ciclo tanto pode ficar a cargo de um professor especialista como do próprio professor generalista, o professor titular da turma, desde que tenha habilitações científicas e metodológicas para esse efeito. E muitos destes professores já detêm licenciatura ou mestrado que os habilitam para tal.

**E: O Inglês deixou, porém, de ser obrigatório nas AEC. Um retrocesso?**

**IB:** Sim, um enorme retrocesso. Se já entendíamos que a oferta obrigatória de Inglês não significava a frequência obrigatória, agora o número de alunos abrangidos por essa oferta diminuiu. Acresce o facto de desde sempre termos alertado para a (des)continuidade do processo de aprendizagem, uma vez que nem sempre a inscrição na atividade significa a sua frequência sistemática e contínua, tal como os especialistas na aprendizagem precoce das línguas o indicam.

#### Sistemas de ensino na União Europeia

Provas de aferição: alunos do 6.º ano com conhecimentos muito fracos a Gramática

Calendário de exames nacionais 2009

Computadores Magalhães entregues em 2009

Concurso de contratação: professores e educadores esperam por colocação

Docentes procuram Inglaterra para lecionar

Cyberbullying: fenómeno sem rosto

#### Esta Semana



Visionarium  
CENTRO DE CIÊNCIA E EUROPARQUE

#### WORKSHOP

XVI  
Aniversário  
Visionarium

Centro de  
Ciência do  
Europarque



#### LEGISLAÇÃO

Portaria n.º 113-A/2014

Decreto-Lei n.º 83-A/2014

**E: A qualidade da oferta tem vindo a degradar-se? As condições de trabalho, os horários repartidos por várias escolas, a rotação de professores podem efetivamente colocar em causa a qualidade que se pretende neste ensino?**

**IB:** Desde o início do Programa de Generalização do Inglês no 1.º ciclo em 2005, e ao longo dos últimos anos, a APPI tem alertado sistematicamente o Ministério da Educação para este problema. O horário cada vez mais repartido entre escolas de agrupamentos diferentes e a rotação sistemática dos professores que desenvolvem a atividade, para já não falarmos em condições de trabalho que estão muito longe de ser as melhores, têm-se traduzido numa degradação progressiva da qualidade da aprendizagem do Inglês neste ciclo de ensino.

Os sucessivos relatórios da APPI sobre o assunto, elaborados também a pedido do ME, revelaram as fragilidades existentes. Daí que sempre tivéssemos pugnado pela introdução do Inglês no currículo e não faz sentido que assim não seja quando os estudos europeus preconizam a aprendizagem precoce de pelo menos uma língua estrangeira. Além de que a falta de preparação pedagógica que, muitas vezes, foi evidenciada nas visitas de acompanhamento realizadas no âmbito da CAP (Comissão de Acompanhamento das Atividades de Enriquecimento Curricular) nos mostra o efeito perverso e nefasto que traz/trará aos alunos no que à aprendizagem precoce de uma língua diz respeito. Em vez de criarmos o gosto e o prazer pela descoberta/aprendizagem de outras línguas, estamos a criar bloqueios a essa mesma aprendizagem.

**E: O teste-diagnóstico de Inglês, elaborado pela Universidade de Cambridge, para os alunos do 9.º ano, é ou não uma boa medida?**

**IB:** Respondo-lhe com um excerto da carta enviada pela APPI ao MEC em 18 de setembro passado: "A Direção da APPI reconhece o rigor, a objetividade e a qualidade dos exames/testes da Universidade de Cambridge, adiante denominados por Cambridge. Reconhece, também, a abrangência do âmbito da testagem das componentes de compreensão e produção orais e compreensão e produção escritas. Reconhece, ainda, o prestígio e a validação internacional dos testes Cambridge como marcos de referência para a diversidade de situações académicas e laborais na comunidade global.

A questão que a Direção da APPI define como tendo importância crítica é a necessidade de os serviços ou entidades do MEC a designar para a elaboração das provas terem em conta os dois fatores que a APPI tem continuamente apontado como não favoráveis, antes impeditivos, do desenvolvimento das componentes acima referidas, a saber: a carga horária semanal extremamente reduzida que tem sido atribuída ao Inglês, de forma aleatória, pelas escolas/pelos agrupamentos de escolas e o número excessivo de alunos por turma. Sabendo que as Metas Curriculares para o Inglês – 2.º e 3.º CEB – homologadas em 13 de maio de 2013 determinam o nível B1 do QECR que é praticamente inalcançável pela generalidade dos alunos devido aos dois fatores mencionados, é com justificada preocupação que a Direção da APPI encara a elaboração destes testes diagnósticos se esses fatores não forem tomados em conta para este efeito. Acresce dizer que as condições de acesso aos exames Cambridge por parte dos alunos que frequentam institutos de línguas são o oposto das condições existentes na escola pública: nesses há turmas de nível com 10/15 alunos cada. Finalmente, a Direção da APPI recomenda que as provas em causa não deveriam ser pensadas para 2013-2014; que as mesmas devem começar a ser preparadas a partir do 7.º ano, com orientações claras para professores, alunos e encarregados de educação, com a oferta de formação qualificada neste âmbito."

**E: "O que já fizemos pelo Inglês tem um grande alcance, pois está dirigido a elementos essenciais do sucesso no domínio de uma língua estrangeira: frequência, continuidade, programas, metas bem estruturadas, avaliação. Prepara-nos para ir mais longe", escreveu o ministro da Educação, Nuno Crato, num artigo de opinião. Concorda?**

**IB:** Quase nada bate certo. Senão, vejamos:

Frequência: não é obrigatória no 1.º ciclo, daí que os alunos, à entrada do 2.º ciclo, estejam em patamares muito diferentes; há os que já aprenderam muito, os que aprenderam pouco ou quase nada e ainda alguns que nunca frequentaram o Inglês no 1.º ciclo. Cabe ao professor do 2.º ciclo começar desde logo a gerir turmas com diferentes níveis de proficiência.

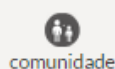
Continuidade: há somente no 2.º e 3.º ciclos; o facto de o Inglês ser obrigatório no currículo do 2.º e 3.º ciclos só veio formalizar no currículo o que já acontecia há muitos anos; era residual a escolha de outra língua estrangeira no 2.º ciclo. No 1.º ciclo, por razões já expostas, essa continuidade não existe na maioria dos casos.

Programas: desajustados à oferta do Inglês no 1.º ciclo; os programas do 2.º ciclo foram homologados em 1995/1996 para o início da aprendizagem do Inglês no 5.º ano; ora, grande parte dos alunos no 5.º ano são já "false beginners". Estão também desajustados em relação às metas curriculares porque é bom não esquecermos que os mesmos datam de 1996, quando o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas ainda nem sequer existia. Metas bem estruturadas: não pondo em causa o documento das metas, o mesmo só no próximo ano letivo começará a ser usado como documento de referência para o ensino e aprendizagem do Inglês. Avaliação: elemento essencial na aprendizagem das Línguas, neste momento ainda está longe de corresponder ao que se pretende que os alunos sejam capazes de demonstrar no final de um ciclo de ensino, se tivermos já como referência o exame de Cambridge.

Prepara-nos para ir mais longe – não temos quaisquer dúvidas -, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Eliminam-se os obstáculos e, aí sim, iremos todos mais longe: alunos e professores.

A qualidade de ensino e de aprendizagem do Inglês é aquilo pelo que a APPI sempre lutou e continuará a lutar e tudo faremos para ajudar a construir esse percurso, colaborando, no que está ao nosso alcance, com o MEC e com professores de Inglês no sentido do sucesso na aprendizagem da língua inglesa.

a a



## Comentários

Não existem comentários seja o primeiro!